

REVISTA

NAÇÕES INDÍGENAS NA AMAZÔNIA DO CONTATO À BUSCA DE AUTO-DETERMINAÇÃO

Milton Moura entrevista Abel Kanaú, historiador e indigenista que desenvolveu trabalhos de lingüística, alfabetização bilingüe e pesquisa da mitologia entre os índios Kulina, no Acre, entre 1978 e 1988, trabalhando atualmente como assessor de projetos junto aos movimentos sociais da Região Norte.

• Kanaú, que quadro você traça hoje da situação das nações indígenas na Amazônia?

Podemos dizer que houve uma primeira fase marcada pelos massacres, pela "limpeza da mata" para extrair a borracha. Com o declínio da borracha, tivemos uma outra fase, com a entrada dos grandes projetos econômicos, sobretudo no ramo da agropecuária. A Transamazônica, a ocupação pelos sulistas atraídos pela grande estrada... Isto foi seguido pela exploração da madeira, pelo uso da madeira para obter o carvão que movimentava as siderúrgicas que produzem o ferro gusa para a exportação, no caso do Pará e do Maranhão. Assim, pode-se dizer que o ferro gusa não é apenas a amálgama dos minérios que estão saindo da Amazônia, mas a própria floresta transformada em carvão. E, finalmente, tivemos a luta pela retomada das terras indígenas e os grandes conflitos. Embo-

ra esses conflitos continuem acontecendo em algumas áreas, diminuíram em frequência. Não podemos mais dizer que são generalizados.

O momento é de batalhar pela regulamentação das terras. O processo de regulamentação das terras indígenas obedece a etapas diferenciadas: delimitação, demarcação, homologação. Cada etapa tem uma série de complicadores que incluem o desintrusamento da área a ser demarcada, a indenização dos que se dizem proprietários, etc. Hoje, não se trata mais tanto do início de todos esses processos. Podemos dizer que estamos na fase de regulamentação dos processos já iniciados em fases posteriores. Verificamos, por outro lado, uma paralisação na maior parte desses conflitos porque era esperado que a Constituição cumprisse o prazo para a demarcação das terras. Não se deu o cumprimento e foram pouquíssimas as mobilizações dos

índios neste sentido. Com relação aos próximos anos, há um grande ponto de interrogação no âmbito da questão indígena. Em termos gerais, a agenda da indianidade está bem esvaziada.

Como novidade, nos últimos cinco anos, temos um fluxo muito significativo de organizações indígenas despontando. Elas passaram a se compor por grupos indígenas que habitam a bacia do mesmo rio e têm problemas comuns a enfrentar com madeireiras, mineradoras, fazendas, seringais, etc. É o caso da OPIRE, a Organização dos Povos Indígenas do Rio Envira, no Acre, que luta contra as madeireiras paranaenses e as fazendas agropecuárias estabelecidas naquela área.

A COIAB — Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, é uma das instâncias que congregam, no Norte, essas diversas organizações. A nível nacional, temos o CAPOIB — Conselho das Associações, Povos e Organizações Indígenas Brasileiros, com sede em Brasília, representando as nações indígenas nesse âmbito mais amplo.

• Desenvolve-se hoje a discussão acerca da internacionalização da Amazônia. Alguns parlamentares também têm despertado a atenção sobre este item.

Parto do princípio de que a Amazônia não é de ninguém. Isto advém inclusive da consideração do que eram as nações indígenas antes da colonização. Foi sempre muito difícil, para mim, trabalhar essa questão da posse/limite da terra enquanto espaço geográfico circunscrito. Para um grupo indígena, o limite de

sua área ia até onde ele topava com o inimigo, podendo haver interseções de território, no caso de nações que se davam bem. Passar desse conceito para o de área demarcada é ir de encontro à concepção de espaço dessas nações. Implica uma mudança radical na concepção cosmológica deles. A terra, que não tinha um limite geográfico, passou a ser representada cartograficamente. Agora, seu território não ia mais até onde ele pudesse andar sem topar com o inimigo, mas até onde era demarcado no mapa o limite dos seringais e fazendas.

• A impressão que se tem é que a luta unificada das nações indígenas é justamente pela demarcação...

Sim, mas uma demarcação em função da visão agressiva e violenta das empresas que desejam se apoderar de todos aqueles territórios. A demarcação de territórios indígenas só passou a acontecer em função das necessidades da sociedade nacional brasileira, e não das sociedades indígenas.

• No caso dos Ianomamis, parte da imprensa disse que a quantidade de terra pretendida seria demais para tão poucos índios.

Eu diria que os latifúndios são terras demais para poucos proprietários, que na maioria dos casos não vivem nas terras, explorando esses espaços de forma predatória e usando-os apenas para especulação. O módulo das terras indígenas tem que ser analisado sob o ponto de vista da territorialidade. Esse território tem que garantir a essa nação indígena condições dela continuar se repro-

duzindo como povo e dentro de sua cultura. Por exemplo: se, para determinado ritual, o índio necessita de determinados elementos, como a palha do buriti, e esses itens localizam-se na cabeceira de determinado igarapé, esse curso d'água deve estar incluído no território. Os recursos hídricos são um outro referencial importante. Deve-se preservar as nascentes dentro da área. Seria bastante contraditório se os mananciais d'água, ficando fora do território, fossem poluídos pelo mercúrio dos garimpos e passassem pelas terras indígenas.

• A chegada massiva de migrantes por conta própria e dos representantes dos projetos tem trazido riscos consideráveis à sobrevivência das nações indígenas, sobretudo do ponto de vista cultural...

Na relação com a mata, o migrante não aceita a cultura indígena, o modo de viver de índio, que seria um ignorante, um bruto. Este preconceito impede o migrante de utilizar os próprios recursos da mata. O índio tem um domínio da natureza a ponto de retirar dela tudo de que necessita. Já o migrante vive dentro da mata com um regime alimentar bem europeizado. O fato dele ver o índio como um ser semi-civilizado, um meio-homem, faz com que ele tenha pouco interesse em aprender do índio a forma de utilizar os recursos. Historicamente, isto ocorreu com a entrada dos nordestinos, no ciclo da borracha. Os nordestinos eram impedidos de cultivar a terra, para que se mantivessem dependentes do baração. Este fornecia todos os insumos para a sobrevivência na mata.

Com isso, essa primeira geração não teve como passar o conhecimento do trato da terra, pois tudo vinha de Belém e Manaus através da empresa seringalista. Hoje, vemos o seringueiro usando leite condensado, sardinha enlatada, açúcar, café, perfume... e até xampu.

Por outro lado, a introdução de novos objetos e instrumentos nas culturas indígenas causou uma série de desestruturações. O sal, as roupas ocidentais, a espingarda... Como o índio não tem excedente, passou a vender sua força de trabalho para adquirir esses artigos. Assalariou-se nas fazendas, nos seringais. Muitos índios viraram seringueiros. E internamente, nas aldeias, houve modificações drásticas, com a introdução do metal, por exemplo, através do facão, do machado... A introdução brusca dessas novidades fez do índio, em muitos casos, predador de seu próprio território. Se antes ele subia no pé do açaí ou buriti para colher os frutos, hoje ele corta a árvore. Por exemplo, certo tipo de macaco vive em bandos. Com a flecha, o índio mata um macaco. Com a espingarda, ele mata um e espanta o resto do bando.

Quanto à roupa, veja... Diz-se que o índio passou a se vestir por vergonha diante do branco, ou por imitação. Na verdade, isto se dá em função de sua mudança de lugar, desde as cabeceiras dos rios e igarapés, onde não há mosquitos, até as margens dos rios onde se situavam as sedes dos seringais. Os seringueiros promoveram verdadeiras chacinas, as chamadas *correrias*. As famílias sobreviventes vieram para a sede dos seringais, vendo desestruturados

seus grupos pelas baixas, tendo perdido o sentido de viver no aldeamento. Nessas áreas, a incidência de mosquitos é grande. Então, impõe-se o uso de roupas, mosquiteiros, etc.

• **No âmbito das línguas, o que tem acontecido?**

As línguas indígenas são um universo fantástico. Raras são aquelas que receberam uma formalização escrita, em termos de ortografia, gramática, etc. Por exemplo, o Kulina e o Kaxinawá, no Acre. Mas a grande maioria ainda é ágrafa. Com a extinção de dezenas de nações indígenas no período da colonização, o universo cultural desses povos também desapareceu. A pouca incidência de estudos sobre as línguas indígenas está diretamente relacionada à falta de apoio à pesquisa e à disponibilidade de técnicos que se joguem numa aventura dessas. É preciso passar anos convivendo num grupo para registrar a língua. As poucas experiências foram realizadas através de missionários norte-americanos visando a traduzir a Bíblia para as línguas indígenas, nessa missão “evangelizadora”. Menos mau é que alguns grupos se utilizaram desses estudos para dar um salto qualitativo a partir do uso da língua escrita. É daí que surgem, nos últimos dez anos, diversas experiências de alfabetização na língua materna, como uma primeira etapa para a passagem para o português, visando com isto ao aparecimento da escrita já em função do conflito com uma sociedade letrada.

• **Essas escolas são todas de missionários? E a rede pública oficial?**

Historicamente, a necessidade de estudos para a criação de uma ortografia para as línguas ágrafas se deu sempre em função da catequese, com o objetivo de introduzir a língua do colonizador como uma etapa inicial, visando a suplantá-la a língua materna, vindo nela um empecilho para a dominação. No nosso século, antes dos anos 70, as escolas para índios eram basicamente de missionários protestantes norte-americanos. A partir daí, já existem várias outras experiências, como a da Comissão Pró-Índio do Acre, da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, da Operação Anchieta, do Conselho Indigenista Missionário, etc. Eles trabalham a questão lingüística como um suporte, um instrumento político para o índio vencer essa relação de dominação, para ter acesso a conhecimentos. Essas escolas, muitas vezes, interagem com as políticas públicas, com a rede oficial, em cujo espaço se tenta criar um currículo próprio para as escolas, garantindo o direito do índio ser alfabetizado na própria língua. Enfim, busca-se seu reconhecimento como escolas alternativas na floresta. Um paradigma deste trabalho é a Comissão Pró-Índio do Acre. Os professores índios são pagos pelo Estado, as escolas também. Com o direito de alfabetizar na língua materna, com um currículo apropriado.

• **E nas cidades onde há representantes de vários grupos lingüísticos misturados, como se faria isto?**

Os índios desaldeados estão num processo muito rápido de aculturação. Quando convivem falantes de várias línguas diferentes entre si,

certamente um trabalho neste sentido seria muito mais difícil. A tendência é a suplantação da língua materna pelo português. Em alguns grupos, a língua materna é usada como a principal e o português, como a segunda língua. Neste caso, a alfabetização na língua materna é o caminho mais acertado. Em outros casos, dependendo do grau de contato que ele tem com a civilização branca, a primeira língua falada é o português e a segunda, a língua indígena, falada apenas por alguns indivíduos. Nesta situação, a alfabetização é feita em português e se trabalha, posteriormente, a recuperação da língua materna.

Há experiências de tentativa de recuperar línguas em franco processo de desaparecimento. Por exemplo, o Jaminawa, no Amazonas.

• Como se dá a penetração da mídia entre essas nações?

Você encontra, nas aldeias, desde rádios portáteis e toca-discos até rádio amador, nas localidades em que existe posto da FUNAI. Os Kaiapó têm televisores, às vezes empilhados, como tótems. É inevitável. A introdução da rede elétrica e a indenização, pela Eletronorte, das terras Kaiapó cortadas para a edificação dos equipamentos favoreceu isto. E evitar talvez nem seja uma necessidade. O necessário é ter o bom domínio do uso dessa tecnologia. A escrita já está nas aldeias através das caixas de medicamento, das embalagens de artigos adquiridos nas cidades. Por

que não ajudá-los a dominarem esse instrumento que pode adquirir caráter político? Para ele poder lutar, em pé de igualdade, com a sociedade letrada. A escrita é importante para o registro da sua história. Uma coisa é você ver a história da colonização escrita pelo colonizador e outra coisa é você ver o índio escrever como viu o branco. É a história do contato a partir da etnia.

• Parece haver um interesse renovado, de parte de várias denominações religiosas, em desenvolver trabalhos pastorais na Amazônia, inclusive entre os índios...

O precursor desta nova visão religiosa indigenista foi o CIMI. Isto se deu a partir do momento em que as igrejas passaram a descobrir a desestruturação que haviam causado entre os povos indígenas com a catequese. Desde a negação da própria etnicidade que se introjetou no índio até a pressão sobre esses povos no sentido de que se “esquecessem” de seus valores culturais, seus mitos, sua religião. Tudo isto que aos poucos foi sendo suplantado pelo Cristianismo.

Esta retomada missionária se deve também à pressão das próprias organizações indígenas sobre as missões que se instalam nessas áreas no sentido de que respeitem sua cultura e sejam não mais apenas uma instância de catequese, mas um canal pelo qual os índios poderiam vencer essa condição de dominados pela sociedade nacional brasileira.